

Viagem ao desconhecido: a epopeia do tradutor em busca de termos e definições no âmbito da aviação

A journey into the unknown: the epic of a translator in search of terms and definitions within the aviation field

Patrícia Almeida de REZENDE¹

ABSTRACT: *For technical translators in the field of aviation, the terms and definitions got from dictionaries available in the market most likely won't be satisfactory. Because of that, translators produce their own specialized reference materials, usually glossaries. Based on the observation that in technical translation the use of non-official and/or non-specialized sources can lead to errors and mistakes, this study was made with the main goal of demonstrating some possible causes of these errors.*

KEY WORDS: *bilingual Portuguese-Spanish glossary; aviation terminology*

RESUMO: *Para o tradutor técnico da área de aviação, nem sempre os termos e as definições dos dicionários disponíveis no mercado são satisfatórios. Em função dessa carência, o tradutor é levado a produzir seu próprio material de apoio, sendo a elaboração de glossários uma prática comum. Partindo-se da observação de que na tradução técnica a consulta a fontes não especializadas e/ou não oficiais pode gerar alguns equívocos, realizou-se o presente estudo com o objetivo geral de demonstrar as possíveis causas desses equívocos.*

PALAVRAS-CHAVE: *glossário bilíngue espanhol-português; terminologia da aviação.*

1 Introdução

Nada como um bom dicionário para auxiliar o tradutor na árdua e apaixonante atividade tradutória. No entanto, é preciso um cuidado especial na escolha desse valioso instrumento nas traduções técnicas, em que os termos são usados muitas vezes com acepções distintas do entendimento popular. A validação ou não dos diferentes usos dos termos técnicos dependerá da base teórica da qual procedem os dicionários especializados.

Uma ciência que se ocupa do léxico especializado é a Terminologia. Distinguem-se duas principais vertentes das assim denominadas Escolas da Terminologia. A vertente clássica, que segue a Teoria Geral da Terminologia (TGT) proposta por Eugen Wüster (1979), cujo enfoque

¹ Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Pós-Graduação *Lato Sensu* em Tradução Espanhol-Português pela UGF; Cargo Técnico Administrativo na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

cognitivo enfatiza a padronização dos termos técnicos sob uma perspectiva normativa. Conforme assinalam Krieger e Finatto (2004: 32), a TGT é o pilar referencial dos estudos terminológicos, apesar do seu objetivo último de padronizar os léxicos especializados, a fim de facilitar a eficácia das comunicações científicas e técnicas em plano internacional. A vertente sociolinguística, norteadada pela Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por Maria Teresa Cabré (1992, apud CABRÉ, 2003), que reconhece a variação terminológica como parte constitutiva das comunicações especializadas, sob uma perspectiva descritiva. Acompanhando a evolução contínua dos conhecimentos linguísticos, surgem novas teorias, como a Teoria Sociocognitiva da Terminologia (TST), de Rita Temmerman (2000), com enfoque interpretativo.

Ainda que admita que a padronização seja desejável em algumas circunstâncias, Temmerman (2004) afirma que a TGT não dá conta da variação existente nas linguagens de especialidade. Em vista disso, a autora propõe uma teoria (a TST) que aceita a sinonímia e a polissemia como inerentes à terminologia técnico-científica. Outros princípios implícitos na TST são: a) conceitos devem ser tratados como blocos de conhecimento (categorias) constituídos de um núcleo e uma estrutura que sofre um processo de reformulação contínua; b) a informação varia de acordo com o nível de especialização de emissor e receptor; e c) a designação dos termos é motivada, sendo, portanto, passível de interpretação por meio da conjugação de estudos diacrônicos e sincrônicos.

O trabalho de terminologia exige uma série de procedimentos, tais como: identificar os termos que designam os conceitos próprios de uma área, atestar o emprego por meio de referências precisas, descrever os conceitos de forma concisa, e recomendar ou desaconselhar certos usos, a fim de facilitar uma comunicação isenta de ambiguidades (Pavel & Nolet, 2011). Dependendo do contexto comunicativo, o termo poderá apresentar variações denominativas ou conceituais que, na visão de Krieger (2006: 202), obrigam o tradutor-pesquisador a proceder a uma análise das realizações cognitiva e linguística e a reconhecer as propriedades semânticas e pragmáticas das unidades lexicais.

Como nem sempre há dicionários técnicos satisfatórios, o tradutor frequentemente necessita elaborar seus próprios bancos de dados terminológicos. Com o tempo esses dados se avolumam, tornando-se imprescindível gerir a informação de modo a facilitar a consulta rápida e precisa. A habilidade do tradutor em realizar a gestão da terminologia poderá fazer uma grande diferença na velocidade e na qualidade do produto final, ambas consideradas quesitos essenciais para atender satisfatoriamente as demandas do mercado.

Um das formas de gerir a informação é através da utilização de *softwares* específicos para a elaboração de glossários. Augusto (2009) explicitou em sua monografia algumas questões pertinentes à elaboração de um dicionário bilíngue espanhol-português. Embora se

trate de um trabalho na área de lexicografia², as dificuldades relatadas pela pesquisadora ilustram as limitações que podem ser encontradas no manejo desses programas. Diante disso, a autora precisava lançar mão simultaneamente de diversos recursos, tais como sua experiência como tradutora, a consulta a livros de gramática, dicionários (monolíngues, bilíngues, de regência verbal e de gírias), além de contar com a colaboração de amigos estrangeiros. Mesmo com todos os recursos utilizados, os resultados do seu estudo sugerem que muitas vezes não há possibilidade de se efetuar a tradução, devendo-se adotar estratégias de adaptação à língua de chegada. Aparentemente, a autora concorda com Perini (2008, apud Augusto, 2009), segundo quem “cada língua ilustra uma das infinitas maneiras que o homem pode encontrar de entender a realidade”.

De fato, quando se inicia a montagem de um dicionário bilíngue de qualquer tipo, delineiam-se muitas questões de difícil solução. Particularmente difícil é a montagem de glossários de termos técnicos no âmbito da aviação, por tratar-se de uma área relativamente nova e em rápida expansão. Em geral, inicia-se o processo pela compilação de termos e definições para compor os bancos de dados que irão alimentar o glossário. Recomenda-se como etapa inicial na montagem de um banco de dados terminológico bilíngue a organização da informação em fichas terminológicas. Um modelo de ficha terminológica informatizada proposto por Fromm (2011) inclui dados de *corpora* que evidenciam os contextos linguísticos em que aparecem os termos. De cada contexto o pesquisador extrai um conceito, além de informações morfológicas, sintáticas, semânticas e outras que considera relevantes. Trata-se de uma ficha bastante completa, mas dada a sua complexidade, inviabiliza o uso por parte de tradutores fora do âmbito acadêmico, como, por exemplo, os que trabalham de forma autônoma e os que denomino de “tradutores corporativos”, que são funcionários de empresas públicas ou privadas, com ou sem formação linguística, encarregados da tradução e da versão de documentos, entre outras atividades do setor. Dado o alto custo de programas elaborados para fins de criação de glossários e os entraves burocráticos nas organizações, aos tradutores autônomos e aos corporativos muitas vezes resta apenas a opção de fazer a coleta manual de dados e a adoção de uma forma criativa de organizar a informação com os escassos recursos eletrônicos que estiverem ao seu alcance.

1.1 Dicionários comuns e glossários

Distingue-se a língua comum como aquela que usamos no cotidiano, enquanto que a língua de especialidade é a que é utilizada para proporcionar uma comunicação sem ambiguidade numa área determinada do conhecimento ou da prática, com base num vocabulário

² Enquanto a lexicografia se ocupa da elaboração de dicionários gerais, a terminografia dedica-se à elaboração de glossários e dicionários especializados.

e em usos linguísticos específicos desse campo (Pavel & Nolet, 2011). Entretanto, o limiar entre a língua comum e as línguas específicas é muito estreito. Estima-se que a proporção de léxico especializado presente nos dicionários comuns seja em torno de 50% (Boulanger & L'Homme, 1991: 25).

Ainda que controversa, a inclusão do léxico comum em dicionários especializados também é prática usual, podendo-se adequar a definição a uma área específica ou simplesmente explicitá-la com o significado mais genérico. Talvez se justifique a inclusão desses termos comuns por serem bastante usados e por serem imprescindíveis para esclarecimento dos especialistas de determinadas áreas. Conforme afirmam Krieger e Finatto (2004: 133), essa controvérsia, bastante frequente no processo de validação dos termos que podem integrar um glossário técnico-científico, reflete a dimensão das dificuldades envolvidas no reconhecimento do estatuto terminológico de uma unidade lexical.

Embora os dicionários de língua geral possam conter termos próprios de uma área específica, a estrutura de dicionários comuns difere da organização de glossários técnicos. Enquanto os dicionários comuns priorizam o léxico geral de uma língua, os terminológicos ou glossários técnicos veiculam prioritariamente os termos de uma determinada área de conhecimento.

Citam-se como especificidades do dicionário terminológico (técnico-científico): a) a grande proporção de termos constituídos por sintagmas, comparada à quantidade de termos formados por uma só palavra; b) o predomínio de substantivos no conjunto de entradas; c) a tendência à omissão de termos em desuso (Krieger e Finatto, 2004: 131). A elaboração de um glossário bilíngue requer, portanto, além da habilidade tradutória, conhecimentos de linguística aplicada e a habilidade de buscar informações confiáveis.

Em vista da dificuldade de reconhecimento das fontes ditas oficiais, da pouca disponibilidade de dicionários especializados no mercado e da pouca disponibilidade de tempo para dialogar com os especialistas, o tradutor iniciante da área da aviação muitas vezes conta apenas com o auxílio de dicionários comuns. A essas dificuldades acrescenta-se a existência de diferentes designações e acepções dos termos, que geram um problema adicional até mesmo para o tradutor experiente.

Partindo-se da observação de que na tradução técnica a consulta a fontes não especializadas e/ou não oficiais pode gerar alguns equívocos, realizou-se o presente estudo com o objetivo geral de demonstrar as possíveis causas desses equívocos. Optou-se por uma abordagem descritiva com base em princípios sociocognitivos aplicados à terminologia contrastiva, visando alcançar os seguintes objetivos específicos:

1. apresentar algumas fontes oficiais do âmbito da aviação;
2. comparar alguns termos da aviação e respectivas definições de um dicionário popular de espanhol para brasileiros com os termos e definições das fontes oficiais;

3. destacar diferenças que podem ser encontradas nas fontes oficiais entre si e entre estas e as de uso popular (não oficiais); e
4. alertar tradutores, terminólogos e especialistas da aviação sobre situações potencialmente problemáticas.

2 Metodologia

No presente trabalho listam-se alguns termos da aviação extraídos de Señas (2008), um dicionário popular de espanhol para brasileiros, e comparam-se esses termos com os constantes nos documentos oficiais do âmbito da aviação. O dicionário Señas apresenta os termos em espanhol, com suas respectivas definições também em espanhol, e sugere uma tradução para o português do Brasil. Como nem sempre encontram-se documentos oficiais com esses mesmos termos, incluem-se neste trabalho, além das fontes reconhecidas como tais, outras fontes especializadas, não oficiais, para comparação com a terminologia específica da aviação encontrada em Señas.

Entende-se por documentos oficiais aqueles, de qualquer espécie e em qualquer suporte, produzidos e recebidos pelos Órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, inclusive os da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E ainda, conforme definição do Arquivo Nacional: documentos emanados do poder público ou de entidades de direito privado que produzem efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato.

Embora a definição adotada abarque uma ampla gama de documentos, por limitação do escopo deste estudo incluem-se neste trabalho como fontes oficiais do âmbito da aviação somente alguns atos normativos emanados de órgãos governamentais brasileiros, tais como a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Comando da Aeronáutica, e alguns documentos procedentes da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI, em inglês: International Civil Aviation Organization – ICAO).

Indica-se por NO as fontes não oficiais e por OF as oficiais. A referência a esses documentos será feita no texto de forma abreviada (por exemplo: RBAC 01). A referência completa está explicitada na seção Referências Bibliográficas.

Para fins deste trabalho, consideram-se fontes oficiais, redigidas em português do Brasil, as designadas como RBAC 01, RBAC 135, MMA 58-1/89, Decreto nº 7.168/2010 e Lei nº 7.183/84. As fontes oficiais no idioma espanhol são as designadas como: Doc 9713, Doc 8168, LAR 91 e DGAC *Perú*. Com exceção do RBAC 01 e do MMA58-1/89, que trazem extensos glossários monolíngues em português, da aviação civil e militar, respectivamente, os demais são documentos do âmbito da aviação que apresentam um pequeno glossário com uma lista de termos empregados no texto, com as definições que se aplicam a cada contexto específico.

Cada exemplo da seção Resultados e Discussão trata de um ou mais termos, com suas respectivas definições. Primeiramente é apresentado o termo em espanhol com a definição também em espanhol e o equivalente em português, tal como encontrado em Señas (2001). Em seguida, compara-se a definição de Señas (2001) com a de uma ou mais fontes especializadas, priorizando-se as que oferecem o termo e a definição em português do Brasil, salvo quando o termo se consagra em língua estrangeira. Para obter-se o equivalente em espanhol dos termos técnicos em português, recorre-se inicialmente ao termo em inglês, que servirá de língua intermediária para encontrar o equivalente em espanhol em um dicionário especializado de terminologia aeronáutica inglês-espanhol, de García de la Cuesta (2003). Quando for o caso, será explicitada a ocorrência de sinonímia.

3 Resultados e discussão

3.1 Contrastando termos e definições

A seguir são apresentados alguns exemplos em que se comparam os usos populares e os usos técnicos de alguns termos da aviação.³

Exemplo 1: *aeródromo/aeropuerto*

aeródromo (NO: Señas, 2001)

Def. *lugar preparado para la llegada y salida de aviones, donde se cargan y descargan mercancías y personas.*

Sin. *aeropuerto*

Trad. (por): aeródromo

aeropuerto (NO: Señas, 2001)

Def. *lugar preparado para la llegada y salida de aviones, donde se cargan y descargan mercancías y personas.*

Sin. *aeródromo*

Trad. (por): aeroporto

Compare-se com as definições a seguir:

aeródromo (OF: RBAC 01)

³ Def. (definição); Sin.: (sinônimo); Trad (traduzido como); por (idioma português); esp (idioma espanhol).

Def. aeródromo significa uma área delimitada em terra ou na água destinada para uso, no todo ou em parte, para pouso, decolagem e movimentação em superfície de aeronaves; inclui quaisquer edificações, instalações e equipamentos de apoio e de controle das operações aéreas, se existirem.

aeroporto (OF: RBAC 01)

Def. aeroporto significa um aeródromo público dotado de edificações, instalações e equipamentos para apoio às operações de aeronaves e de processamento de pessoas e/ou cargas.

Comentário 1: Como se pode inferir das definições do RBAC 01, aeródromo é um termo mais abrangente que aeroporto. Não se pode, portanto, considerá-los sinônimos, como usualmente se faz nos dicionários comuns, como o apresentado em Señas (2001). Embora o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) não estabeleça relação de sinonímia, as definições para aeródromo e aeroporto são praticamente idênticas, como mostrado a seguir:

aeródromo (NO: RAE)

Def. *terreno llano provisto de pistas y demás instalaciones necesarias para el despegue y aterrizaje de aviones.*

aeropuerto (NO: RAE)

Def. *terreno llano provisto de un conjunto de pistas, instalaciones y servicios destinados al tráfico regular de aviones.*

Comentário 2 (ref. Exemplo 1): Além da definição que consta no RBAC 01, encontraram-se outras acepções do termo “aeródromo” nos documentos oficiais. No entanto, todas as definições têm um núcleo comum. Isso corrobora a observação de Temmerman (2004) de que uma categoria [neste caso uma definição] é como se fosse um bloco de conhecimento que possui um núcleo e uma estrutura que sofre um processo de reformulação contínua. Tendo analisado a estrutura prototípica de categorias da área biológica, a autora deduziu que ‘dependendo do tipo de categoria, diferentes módulos de informação podem variar em importância informacional’ e que “perspectivas diferentes, como as subdisciplinas, podem influenciar os graus de importância nos modelos definitórios” (Temmerman, 2004: 39). Isso talvez explique a multiplicidade de formas de definir “aeródromo”, bem como vários outros termos não listados aqui por limitações do escopo deste artigo, que variam provavelmente em função da finalidade de cada documento de onde procedem e da subárea da aviação considerada.

Exemplo 2: alerón

alerón (NO: Señas, 2001)

Def. *pieza saliente y móvil, que se coloca en la parte de atrás de las alas de los aviones y que sirve para cambiar la inclinación del aparato.*

Trad. (por): aerofólio

Compare-se com as definições a seguir:

ailerão (NO: Antas, 1979)

Def. parte móvel ou articulada de uma asa, cuja principal função é imprimir um movimento de rolamento ao avião; é geralmente uma parte do bordo de fuga de uma asa, que produz rolamento ao redor do eixo longitudinal; superfície articulável ou porção móvel da asa de um avião, cuja função primária é imprimir movimento (ou momento) de rolagem em torno do eixo longitudinal, comandável pelo piloto, utilizando o manche.

Sin. aileron, elerão.

aerofólio (OF: MMA 58-1/89)

Def. corpo de forma destinada a produzir uma reação aerodinâmica normal à direção do seu movimento relativo.

Comentário 3: Neste caso, o termo equivalente a *alerón* em português não foi encontrado em nenhuma fonte oficial. Encontrou-se o termo com três grafias diferentes em Antas (1979), um glossário da Coleção Aeroespacial, considerado fonte não oficial, que coincidem com as formas adotadas entre os profissionais da aviação. Por este e por outros exemplos não mostrados aqui, observa-se que o autor não distingue as formas do português lusitano e as adotadas pelos brasileiros. Uma análise que se utilize de metodologias de Linguística de Corpus poderia revelar a frequência de uso desses termos, indicando a forma preferencial em português do Brasil. Por sua vez, o termo aerofólio, extraído de uma fonte oficial militar, apresenta uma definição não coincidente com a adotada pelo dicionário comum. Em consulta a um ex-piloto, que atualmente exerce cargo de Especialista em Regulação da Aviação Civil na ANAC, obteve-se a confirmação de que ailerão e aerofólio evocam conceitos distintos. Portanto, para os profissionais da aviação, tanto para militares como para civis, parece inapropriada a tradução de *alerón* do espanhol como “aerofólio” em português, conforme sugerido em Señas (2001).

Exemplo 3: aleta

aleta (NO: Señas, 2001)⁴

Def 1. *parte de la chapa de los automóviles que está situada encima de la rueda y que sirve para evitar que salte el barro.*

Trad. (por): paralama

Def 2. *parte de los lados de la nariz.*

Trad. (por): aleta

Compare-se com os seguintes termos:

winglet (OF: RBAC 01)

Def. significa uma superfície externa do avião, estendendo-se além da superfície de sustentação e que pode ou não ter superfícies de controle.

Sin. *tip fin*

Trad. (esp): aleta

Comentário 4: O exemplo 3 ilustra um caso em que o tradutor poderá encontrar dificuldade em se expressar apropriadamente em português, se tiver em mão um texto da aviação em espanhol com o termo *aleta*. O documento oficial em português do Brasil (PB) adota as formas em inglês (*winglet* e *tip fin*) e, entre os especialistas da aviação consultados, a forma “aleta” (port) não é aceita como alternativa para referir-se à estrutura em questão.

Em relação à interferência da língua inglesa, Silva (2008) já havia constatado que ocorre com frequência, sobretudo no PB e na variedade argentina do espanhol. Essa interferência não se verifica com igual intensidade nas variedades europeias dos idiomas português e espanhol, cuja tendência é criar termos equivalentes ou pelo menos adaptar sua pronúncia e grafia ao idioma local.

3.2 Contrastando definições

Às vezes a tradução sugerida pelo dicionário comum é acertada, porém, nem sempre as definições registradas nos dicionários gerais de língua coincidem com as dos documentos oficiais, como mostrado nos exemplos a seguir:

Exemplo 4:

⁴ O dicionário oferece outras definições não mostradas aqui, traduzidas como barbatana e pé-de-pato.

techo (NO: Señas, 2001)

Def. *cubierta superior de un espacio; cara interior e inferior de esa cubierta cuando es plana; casa o lugar donde vivir; altura o limite máximo a que puede llegar un asunto, proceso u otra cosa.*

Trad. (por): teto

Compare-se com:

teto (OF: RBAC 01)

Def. altura acima da superfície do terreno da camada mais baixa de nuvens ou de fenômenos atmosféricos obscurecedores (nevoeiro, névoa seca, etc.) que devem ser informados como nublado (*broken*), encoberto (*overcast*) ou obscurecido (*obscuration*) e não como cobertura parcial ou fina.

Comentário 5: O dicionário comum, neste caso, oferece várias definições para teto, nenhuma das quais abrange o significado de teto presente na definição do documento oficial, que parece pouco inteligível até mesmo para o especialista.

Exemplo 5:

seguridad (NO: Señas, 2001)

Def. *calidad de seguro; garantía que se da sobre el cumplimiento de un acuerdo.*

Trad (por): segurança

Compare-se com:

segurança operacional (OF: RBAC 135)

Def. *é o estado no qual o risco de lesões a pessoas ou danos a bens se reduzem e se mantêm em um nível aceitável ou abaixo deste, por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento de riscos.*

Trad. (esp): *seguridad operacional*

seguridad operacional (OF: LAR 91)

Def. *es el estado en que el riesgo de lesiones a las personas o daños a los bienes se reduce y se mantiene en un nivel aceptable o por debajo del mismo, por medio de un proceso continuo de identificación de peligros y gestión de riesgos.*

Comentário 6: O termo “segurança” no âmbito da aviação comumente compõe um sintagma nominal constituído de duas ou mais palavras (segurança de voo, segurança operacional, segurança contra atos de interferência ilícita etc). Pelo exemplo acima, observa-se que os profissionais da aviação restringem o conceito de segurança a um estado em que o risco de lesões se mantenha em “nível aceitável ou abaixo”, o que, do ponto de vista do cidadão comum, pode parecer inaceitável, posto que segurança no conceito popular refere-se à garantia da ausência de risco de acidentes. Sobre a questão da segurança na aviação, um especialista afirma:

O transporte aéreo está edificado sobre os pilares da velocidade, eficiência e segurança. Os níveis de segurança nas últimas décadas têm sido considerados satisfatórios entre os existentes modais de transportes. [...] A segurança também é dinâmica e não um conceito estático. Tem sentido temporal forte. O que ontem era considerado seguro ou inseguro pode não ser assim hoje (Pedro, 2011: 124).

Exemplo 6:

Unidade auxiliar de energia (OF: RBAC 01)

Def. unidade auxiliar de energia significa uma fonte auxiliar de energia da aeronave, autocontida, que provê energia elétrica/hidráulica para essa aeronave durante as operações no solo e, eventualmente, em voo.

Sin.(por) grupo de energia auxiliar; unidade de força auxiliar; unidade auxiliar de força; APU.

Trad. (esp): unidad de potencia auxiliar

Sin. (esp): *arrancador; grupo auxiliar de energía; grupo electrógeno auxiliar; unidad de energía auxiliar; APU.*

Comentário 7: Neste caso, o dicionário comum não apresenta o termo composto, mas pode-se tentar uma tradução literal por partes (*unidad + auxiliar + energía*). Contudo, um fator dificultador é a multiplicidade de formas variantes e sinônimos, além da abreviatura APU (do inglês: *auxiliary power unit*).

Exemplo 7:

tripulante (NO: Señas, 2001)

Def. *persona que trabaja en el funcionamiento y el servicio de una nave.*

Trad. (por): tripulante

Compare-se com:

tripulante (OF: DGAC *Perú*)

Def. *la persona asignada a efectuar una tarea en un avión durante el tiempo de vuelo.*

tripulante (OF: RBAC 01)

Def. pessoa designada para exercer uma função a bordo de uma aeronave durante o tempo de voo.

tripulante (OF: Lei nº 7.183/84)

Def. aeronauta no exercício de função específica a bordo de aeronave, de acordo com as prerrogativas da licença de que é titular. São tripulantes: comandante, copiloto, mecânico de voo, navegador, rádio-operador de voo e comissário; consideram-se também tripulantes os operadores de equipamentos especiais instalados em aeronaves homologadas para serviços aéreos especializados, devidamente autorizados pelo Ministério da Aeronáutica.

Comentário 8: Percebe-se que o dicionário comum omite a informação sobre exercer a função “durante o tempo de voo”, conforme documento oficial. A Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, mais conhecida como Lei do Aeronauta, por sua vez, explicita os profissionais que podem ser considerados tripulantes.

Exemplo 8:

cometa (NO: Señas, 2001)

Def. *juguete que consiste en un armazón muy ligero cubierto de papel, plástico o tela y sujeto a un hilo que se va soltando para hacerlo volar.*

Trad. (por): pipa

Compare-se com:

papagaio (OF: MMA 58-1/89)

Def. armação com cobertura de papel, pano, metal ou outro material, destinada a se elevar no ar, presa à extremidade de um fio, cordel ou cabo, e tendo, como único meio de elevação e de sustentação no ar, a força do vento sobre as suas superfícies.

Trad. (esp): *cometa*

Comentário 9: Frequentemente, a definição de termos comuns é adaptada para atender a fins específicos nos textos técnicos ou, inversamente, os termos técnicos passam a circular na comunicação ordinária. No primeiro caso, esse fenômeno é conhecido como terminologização, sendo que ambos os processos atestam a inexistência de fronteiras rígidas entre o léxico temático e o geral (Krieger, 2006:192).

O Exemplo 8 ilustra o fato de que também encontram-se termos do léxico comum nos glossários da aviação, cujas definições, embora não contradigam as dos dicionários comuns, são explicitadas de maneira bastante peculiar. O termo pipa não consta nos documentos oficiais. Nesse contexto, vale ressaltar que a identificação do grau de aceitabilidade dos termos configura-se como um dos critérios apontados por Barros (2004:199) como sendo de suma importância para a seleção do conjunto terminológico que comporá a lista de entradas de uma obra terminográfica. Consta no MMA 58-1 (1989:1-1) que a obra tem por finalidade “estabelecer uma sistemática para o entendimento dos diversos vocábulos e expressões em uso no Ministério da Aeronáutica, com destaque aos utilizados no âmbito [da aviação civil]”.

4 Considerações finais

O presente trabalho não intenciona criticar os dicionários comuns, mas sim o uso que se faz deles na tradução técnica. Com efeito, espera-se que os autores desses dicionários busquem dialogar com os especialistas da aviação e aproximem o máximo possível as designações dos termos e os conceitos por eles veiculados. Contudo, conforme assinala Temmerman (2004), deve-se levar em conta o fato de que diferentes grupos de usuários utilizam variedades distintas de unidades informacionais, admitindo-se a possibilidade de polissemia nas linguagens especializadas.

Para o tradutor técnico da área de aviação, nem sempre os termos e as definições dos dicionários disponíveis no mercado serão satisfatórios, mesmo os especializados. Em função dessa carência, conforme assinala Krieger (2006), o tradutor é levado a produzir seu próprio material de apoio, sendo a elaboração de glossários uma prática comum. Para tanto, deve o tradutor especializar-se, dando prioridade aos documentos oficiais como fonte de consulta. Recomenda-se iniciar pelos glossários que compõem muitos desses documentos, os quais passam por atualizações periódicas. Também deverá o tradutor estar atento aos diferentes usos técnicos, à frequência com que aparecem nas publicações e ao grau de aceitabilidade desses termos. No âmbito da aviação, urge a disponibilização de glossários mono-bi-multilíngues, cujos termos e definições tenham sido previamente aprovados pelas autoridades da aviação civil

e/ou pelas autoridades aeronáuticas⁵. Sempre que possível, deve-se distinguir o que é validado pelas autoridades brasileiras e o que é estabelecido em regulamentos estrangeiros, bem como o que é de uso militar ou civil.

Se, conforme a definição de documento oficial divulgada pelo Arquivo Nacional, o que consta nesses documentos é realmente passível de produzir efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato, então os profissionais responsáveis pela redação dos documentos oficiais também poderiam beneficiar-se com a inclusão de mais termos e definições em seus glossários e com o aprimoramento da arte da escrita, de modo a melhorar a clareza e a precisão dos conceitos. Para esse fim, seria de grande auxílio a observação das normas internacionais, tais como a ISO 704 e a ISO 10241-1, referentes à padronização da escrita de termos e definições. Nos casos em que não seja desejável a padronização, recomenda-se especificar os diferentes contextos em que se aplicam os termos e suas variantes com as respectivas definições.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. RBAC 01: Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil: definições, regras de redação e unidades de medida. Brasília, 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. RBAC 135: requisitos operacionais: operações complementares e por demanda. Brasília, 2010.

ANTAS, L. M.. Glossário de termos técnicos. São Paulo: Traço, 1979. 756 p. (Coleção Aeroespacial; t. 1.)

AUGUSTO, I.B.S. Tradução de dicionário bilíngue espanhol-português: dificuldades e aprendizado. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* tradução espanhol/português da Universidade Gama Filho. São Paulo, 2009.

BARROS, L. A. Curso básico de Terminologia. São Paulo: EDUSP, 2004. 285p.

BOULANGER, J. C.; L'HOMME, M.C. Les technoletes dans la pratique dictionnaire general. Quelques fragments d'une culture. *Meta*, v.36 (1), 1991: 22-39.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Aviação Civil. Aviação civil: Código Brasileiro de Aeronáutica (CBAer). Rio de Janeiro: DAC, 1986. 82 p.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Aviação Civil. Instituto de Aviação Civil. MMA 58-1: glossário de termos técnicos de aviação civil. Rio de Janeiro, 1989.

⁵ No que diz respeito à aviação civil no Brasil, autoridade significa qualquer agente público da ANAC executando atividades atribuídas e de competência da ANAC ou pessoa que atua com delegação da mesma (RBAC 01). De acordo com o Código Brasileiro da Aeronáutica (1986), consideram-se autoridades aeronáuticas competentes as do Ministério da Aeronáutica, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

BRASIL. Decreto nº 7.168, de 5 de maio de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Seção 1, p. 04-16, 06 maio 2010. Disponível em: <<http://www2.anac.gov.br/biblioteca/DEC2010-7168%20-%20PNAVSEC.mht>>. Acesso em 15 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 7.183, de 05 de abril de 1984. Regula o exercício da Profissão de Aeronauta, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Seção 1, p.4.969, 06 abr. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7183.htm>. Acesso em 12 set. 2011.

CABRÉ, M.T. La terminologia: la teoria, els mètodes, les aplicacions. Barcelona: Ed. Empúries, 1992.

CABRÉ, M.T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology* 9:2 (2003), 163–199.

FROMM, G. *Ficha Terminológica Informatizada: etapas e descrição de um banco de dados terminológico bilíngue*. Disponível em: <<http://www.ileel.ufu.br/guifromm/upload/fichaterminologicainformatizadaetapasdescricaoodeumbancodadosterminologicobilíngue.pdf>>. Acesso: 10 nov. 2011.

GARCÍA DE LA CUESTA, J. Aviation terminology: english-spanish, spanish-english aeronautical dictionary. Madrid: Diaz de Santos, 2003. 909 p.

INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. Operación de aeronaves: procedimientos para los servicios de navegación aérea. 5. ed. Montreal, 2006. (Doc. 8168- OPS/611)

INTERNATIONAL CIVIL AVIATION ORGANIZATION. International civil aviation vocabulary. 3. ed. Montreal, 2007. (Doc. 9713)

KRIEGER, M.G. Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. *Cadernos de tradução*, v.1 (17), 2006, p. 189-206.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Terminological entries in standards. Part 1: general requirements and examples of presentation. ISO 10241-1:2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Terminology work – principles and methods. ISO 704:2009.

KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. Introdução à terminologia; teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004, 223p.

Dirección General de Aeronáutica Civil. Manual del inspector de operaciones - DGAC Perú. Revisión 3: marzo 2003. Disponível em: <http://www.mtc.gob.pe/portal/transportes/aereo/guias_man/mio/data/capitulos/cap10_rev_3_a_br_03.pdf>. Acesso em 30 nov. 2011.

- PAVEL, S.; NOLET, D. Manual de Terminologia. *Traduzido em português por Enilde Faulstich*. Disponível em: <<http://www.btb.gc.ca/publications/documents/termino-por.pdf>>. Acesso em 11 nov. de 2011.
- ORGANIZACIÓN DE AVIACIÓN CIVIL INTERNACIONAL. Comisión Latinoamericana de Aviación Civil. LAR 91: reglas de vuelo y operación general. Montreal, 2008. 245 p. (Reglamento Aeronáutico Latinoamericano)
- PEDRO, F.A.F. A confidencialidade no processo de investigação de acidentes aeronáuticos à luz da supremacia do interesse público. R. Conex. SIPAER, v. 3, n. 1, nov. 2011.
- PERINI, M.A. A língua do Brasil amanhã e outros mistérios. 3ªed. São Paulo: Parábola, 2008, 176 p.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Diccionario de la lengua española. 22. ed. Madrid: Espasa Calpe, 2001. 2 v
- SEÑAS: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. Tradução de Eduardo Brandão e Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 1510p.
- SILVA, O.L. Das ciências do léxico ao léxico nas ciências: uma proposta de dicionário português-espanhol de Economia Monetária. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara/SP, 2008.
- SUBSÍDIOS PARA UM DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>. Acesso em 26 out. 2011.
- TEMMERMAN, R. Towards New Ways of Terminology Description: the sociocognitive approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- TEMMERMAN, R. Teoria sociocognitiva da Terminologia. *Cadernos de Tradução*, n. 17, Porto Alegre, 2004, p. 31-50. Tradução: Natacha Enzweiler e Luzia Araújo.
- TROCANDO em miúdos: dicionário de termos aeronáuticos: gerenciamento do tráfego aéreo. São Paulo: C&R Editorial, 2010.
- WÜSTER, E. *Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie*. Vienna/New York: Springer, 1979.